



Quércia, sua mulher Alaíde e D. Marly (C) ouvem Sarney reclamar dos que só pensam em si

## “Históricos” querem lançar Quércia afirma que nome que aglutine o PMDB nunca defendeu mandato de 5 anos

BRASÍLIA — O grupo histórico do PMDB pretende apresentar um candidato a presidente da República que possa servir como elemento de aglutinação do partido e, para isso, deve iniciar, a partir da reunião de amanhã em Brasília, um processo de consulta para chegar o mais rapidamente a esse nome. Os dois maiores defensores do lançamento imediato de um candidato histórico, os senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, conseguiram ontem quebrar algumas resistências à proposta, sobretudo da parte do ex-governador de São Paulo Franco Montoro.

— É preciso criar um pólo de referência nosso dentro do partido — disse Fernando Henrique durante reunião na suíte de Montoro no Hotel Nacional com a participação, além de Richa e do próprio Montoro, do senador Mário Covas e dos deputados Euclides Scalco e Pimenta da Veiga.

A proposta de candidato-já será discutida na reunião dos históricos junto com outras duas no mesmo espírito de urgência que tomou conta deste grupo: Constituição-já e rompimento-já com o governo. Desistiu-se de redigir um documento com propostas econômicas por se entender que a aglutinação do PMDB deve ser feita por um candidato que possa simbolizar a idéia de moralização administrativa, eficiência econômica e capacidade política.

**Base** — O documento econômico chegou a ser discutido na suíte de Montoro com o sociólogo Hélio Jaguaribe e com os economistas Eurico Borba e João Paulo de Almeida Magalhães. O programa apresentado aos históricos ficará porém guardado para ser usado como base de um programa de governo que o eventual candidato histórico deverá levar às ruas. Caso este nome seja o de Montoro, ele já adiantou que não aceitará a proposta de seu sucessor, Orestes Quércia, para que o candidato do PMDB defenda o governo Sarney nos palanques.

— Posso defender os aspectos da transição democrática, que foi onde houve avanços e registraram-se dados positivos — limitou-se a dizer Montoro

O ex-governador não defende o rompimento-já com o governo Sarney, através de um gesto formal, como desejam outros integrantes do grupo histórico, entre eles Pimenta da Veiga e Euclides Scalco.

— O importante é marcar a data da eleição. Com isso vai ficar claro o nosso distanciamento do governo Sarney. Não há necessidade de outras manifestações mais explícitas. Para muitos, o rompimento é apenas uma constatação — diz Montoro

SÃO PAULO — O governador Orestes Quércia afirmou que desde sua posse no cargo, a 15 de março de 1986, jamais defendeu um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Decidido a provar que não é um recém-chegado ao barco dos quatro anos, Quércia apagou de sua memória declarações favoráveis à permanência de Sarney no Planalto até março de 1990, feitas em maio.

“A não ser pelas declarações de alguns articulistas de imprensa, eu nunca tinha apoiado os cinco anos”, garantiu o governador. Na verdade, Quércia, logo depois de eleito, afirmou que Sarney deveria ter seis anos de mandato. Mais tarde, incorporou-se ao time dos defensores dos cinco anos.

No dia 29 de dezembro último, Quércia rendeu-se à tese dos 4 anos de mandato. “Sempre defendi os cinco anos, ressaltou, mas vejo com clareza que só a análise política lógica não vale neste momento. Temos que observar a tendência da opinião pública e ela, hoje, está retratada nos 4 anos. Por isso, esta questão, para mim, está em aberto.”

Ontem, logo após despedir-se do presidente José Sarney, na ala oficial do aeroporto de Congonhas, e surpreender os jornalistas com esses sintomas de amnésia, Quércia nem se abalou quando uma repórter replicou: “Governador, o senhor acha mesmo que a memória do povo é tão curta que não se lembra mais de suas declarações?” Limitou-se a soltar uma grande risada.

### Newton cobra união em torno do Planalto

SALVADOR — O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, anunciou que vai promover este mês, “se possível na próxima semana”, uma reunião de todos os governadores pemedebistas para discutir a duração do mandato do presidente José Sarney, “pois todos nós assinamos um documento, a Carta do Rio de Janeiro, apoiando o mandato de cinco anos, e para mim essas assinaturas continuam valendo”.

Cardoso, entretanto, deixou claro que não está disposto a nadar contra a maré. Não só respeitará uma decisão da Constituinte pelos quatro anos, como não lutará contra isso se ficar caracterizada uma posição geral da sociedade, do PMDB e dos governadores pelas eleições presidenciais este ano: “Catitu fora da manada é comida de onça” — justificou.

Enquanto isto, em Brasília, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, está apostando que o mandato do presidente José Sarney será de cinco anos, e não de quatro. Se depender de seus esforços, os cinco anos têm mesmo tudo para passar. Ele ficou no ministério até as 2h da madrugada, recebendo políticos, e já tem uma lista de assinaturas de apoio à tese.

Em Recife, o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco — Fiep —, Gustavo Queiroz, defendeu ontem eleições para presidente este ano e informou que 80% dos empresários regionais concordam com ele, conforme pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria.

Ele acredita que o fato de os empresários nordestinos acompanharem a posição dos empresários nacionais — a favor dos quatro anos — enquanto os políticos regionais, em sua maioria, ainda querem os cinco anos, tem uma explicação: “O setor público do Nordeste depende muito do governo federal e os governadores, sobretudo este ano, estão muito dependentes por causa da seca que se espalha por toda a região”.

### Evangélico defende cinco anos

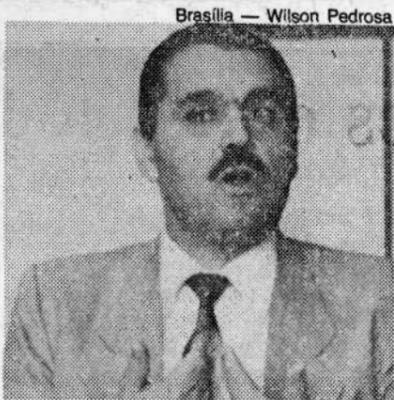
Deputado usa Bíblia e isenta presidente de culpa pela crise

BRASÍLIA — Com uma justificativa bíblica, o deputado evangélico Matheus Iensen (PMDB-PR) já conseguiu 280 assinaturas para uma emenda ao projeto da Constituição que dá cinco anos de mandato ao presidente José Sarney. “O presidente Sarney não tem culpa de fazer uma má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.”

Cantor sacro com 20 discos gravados e dono, há 20 anos, das rádios Marubi de Curitiba e Florianópolis, Iensen acha ingenuidade supor que a saída para a crise está na redução do mandato do presidente Sarney. “A crise não é só do Brasil. É de todos os países e confirma o que diz a Bíblia: o mundo irá de mal a pior, quando estiver perto do fim.”

**Tratativas** — Terno de linho marrom, Iensen fala em seu gabinete tendo ao fundo, na parede, uma fotografia em que aparece ao lado de Sarney. Mas garante que não recebeu orientação do Palácio do Planalto para apresentar a emenda. Ele conta que o presidente só soube de sua proposta quando o encontrou na cerimônia de cumprimentos de fim de ano, às vésperas do Natal, e apenas esboçou um sorriso. “O presidente não me incentivou”, diz Iensen, negando também ter recebido inspiração do consultor geral da República, Saulo Ramos.

O texto da emenda é curto: “A primeira eleição para presidente da República, após a promulgação desta Constituição, realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989”. Iensen quer incluir esse artigo no capítulo das Disposições Transitórias, para permitir a Sarney, conforme consta da justificativa da proposta, “a complementação, em lapso



Brasília — Wilson Pedrosa

Iensen: “O mundo vai acabar” adequado, das medidas e tratativas políticas que vem liderando no processo de transição política”.

**Apocalipse** — Mas em seu gabinete, Iensen alega que a permanência de Sarney no poder é uma necessidade relacionada com o apocalipse anunciado pela Bíblia. “A sagrada escritura diz que, no fim dos tempos, haverá sofrimento. Passados 4 mil anos do dilúvio, estamos agora no desfecho final. Jesus falou que esse é o princípio das dores”, acrescenta, enquanto confere os nomes dos constituintes que assinaram a emenda.

Para Iensen, o Brasil não tem mais chance de sair da crise, porque são claros os prenúncios do retorno de Cristo. Anteontem, quando foi ao Palácio do Planalto assistir à posse de Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda, voltou a falar com Sarney sobre a emenda. Disse-lhe que já tinha mais de 200 assinaturas, mas o presidente, como da outra vez, respondeu com um meio-sorriso.

Integrante da Assembléia de Deus e eleito com 80 mil votos, principalmente de evangélicos de Curitiba e do interior do Paraná, o deputado Matheus Iensen não teme que seus eleitores reajam contra a emenda que dá cinco anos a Sarney. “Eles também estão esperando o apocalipse”, assegura.

## Sarney diz que União pode ir à bancarrota

SÃO PAULO — Na mais dura crítica dirigida aos parlamentares neste ano, o presidente José Sarney, em pronunciamento no interior de São Paulo, advertiu a Constituinte de que a reforma tributária instituída no projeto de Constituição da Sistematização levará a União à bancarrota. Segundo Sarney, o governo não mais terá recursos para investir em setores fundamentais para o desenvolvimento, como energia, transportes e telecomunicações.

O presidente da República retomou o tom ufanista de seus últimos discursos e apelou à população para que vigie os trabalhos da Constituinte e force mudanças nesse tópico da distribuição das receitas. Sarney aproveitou para criticar duramente adversários e aliados que não lhe dão sustentação política, e mandar um recado aos brasileiros: “Não podemos ficar ouvindo, dia e noite, as vozes de protesto e do pessimismo daqueles que, em vez de olhar o futuro do Brasil e se dedicar aos problemas nacionais, dedicam-se a seus problemas pessoais”.

**Comitiva** — Na visita menos prestigiada por políticos, entre todas as que fez ao estado desde que assumiu o governo há três anos, Sarney inaugurou a subestação conversora de Ibiúna — cidade a 71 quilômetros da capital — que adicionou à região sudeste do país mais 6 milhões e 300 mil quilowatts de energia da usina hidrelétrica de Itaipu.

Apenas dois deputados — um estadual, Tonico Ramos; e um federal, Teodoro Mendes, ambos do PMDB — integraram-se à comitiva do presidente, que tinha a acompanhá-lo sua mulher, D. Marly; o governador Orestes Quércia; o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves; o chefe do Gabinete Militar, general Baima Denys; empresários e dirigentes de estatais do setor energético.

“Estou aqui para cumprir com o meu dever, firmemente, com paciência, mas com grande determinação”, disse o presidente. “Com isso, quero dizer que, quando nós, brasileiros, inauguramos uma obra como essa, ninguém tem o direito de duvidar do Brasil, uma nação que tem destino, e que não pode deixar de ocupar o seu lugar de destaque no mundo inteiro.”

**Advertência** — Sarney, que abandonou o texto datilografado para falar de improviso, avisou: “Faço uma advertência para que todos possamos pensar nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte sobre o sistema de distribuição de rendas. Se a União não dispuser das rendas necessárias para investir nos setores fundamentais como energia, transportes e telecomunicações, certamente o Brasil vai voltar a viver a situação que enfrentamos no fim dos anos 50, em que o estado perdeu a sua capacidade de investimento e nós mergulhamos num país sem comunicações, sem transporte, com racionamento de energia e telefones silenciosos”.

Com essa declaração, o presidente cometeu uma imprecisão histórica: ele quis se referir ao período imediatamente anterior a 1964, porque o final dos anos 50 foi a época de maior desenvolvimento do Brasil, com o presidente Juscelino Kubitschek inaugurando Brasília, implantando a indústria automobilística, executando, enfim, seu programa de governo cujo slogan era “50 anos em 5”.

O presidente endereçou, então, uma dura advertência aos constituintes, responsáveis pelo texto da reforma tributária embutida no projeto da Sistematização. “A fome de modernidade deste país exige que tenhamos uma visão maior dele”, aconselhou.

Em entrevista num dos intervalos da cerimônia, ele negou-se a comentar a questão da duração de seu mandato e evitou, com determinação, discorrer sobre política. Também procurou eximir-se da responsabilidade pelo início das obras da Ferrovia Norte-Sul.

“Estamos apenas dando andamento a uma obra aprovada em orçamento pelo Congresso Nacional.”